

ÍNDICE

NOTA PRÉVIA	9
PRINCIPAIS ABREVIATURAS	11
INTRODUÇÃO	15
I. ENQUADRAMENTO	
1. O novíssimo Direito da Insolvência. A prevenção da insolvência como fim predominante ou prioritário	19
2. A evolução do quadro de instrumentos de recuperação/reestruturação de empresas. A alternativa judicial/extrajudicial e a emergência de instrumentos híbridos	21
3. A classificação dos instrumentos de recuperação/reestruturação de empresas. A revalorização dos instrumentos extrajudiciais puros e a sua “institucionalização”	23
4. O papel do Direito da União Europeia na conformação do quadro de instrumentos de recuperação/reestruturação de empresas	26
4.1. A Recomendação da Comissão de 12 de Março de 2014	26
4.2. A Proposta de Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Novembro de 2016	30
5. A pré-insolvência e o quadro de instrumentos pré-insolvenciais de recuperação/reestruturação de empresas no ordenamento jurídico português	40
5.1. A pré-insolvência	40
5.1.1. A insolvência iminente. Confronto com o conceito de “probabilidade de insolvência”	41
5.1.2. A situação económica difícil	44

5.2. Os instrumentos pré-insolvenciais de recuperação/reestruturação de empresas: o Processo Especial de Revitalização e o Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas	45
6. O antecessor do Regime de Recuperação Extrajudicial de Empresas: o Sistema de Recuperação de Empresas por Via Extrajudicial (em confronto com o Processo Especial de Revitalização)	46
7. As medidas/os instrumentos próximos do Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas no Direito estrangeiro	56
7.1. Direito inglês: o <i>scheme of arrangement</i>	58
7.2. Direito francês: o <i>mandat ad hoc</i> e a <i>conciliation</i>	60
7.3. Direito italiano: o <i>accordo di ristrutturazione</i> , o <i>piano attestato di risanamento</i> e a (anunciada) <i>procedura di allerta e di composizione assistita della crisi</i>	62
7.4. Direito espanhol: o <i>acuerdo extrajudicial de pagos</i> e o <i>régimen especial de determinados acuerdos de refinanciación</i>	67
II. ANÁLISE	
8. O Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas como ónus	73
9. Caracterização	76
9.1. Regime pré-insolvencial	77
9.2. Finalidade de recuperação/reestruturação de empresas	78
9.3. Carácter extrajudicial	78
9.4. Carácter voluntário	78
9.5. Transparência	79
9.6. Carácter confidencial	79
10. Âmbito de aplicação	81
11. Regime comum da negociação do acordo de reestruturação e do acordo de reestruturação	85
12. Regime especial da negociação do acordo de reestruturação	86
12.1. Requisitos da sujeição ao regime	87
12.2. Depósito do protocolo da negociação e seus efeitos	90
12.2.1. Obrigações da empresa	91
12.2.2. Obrigações dos credores	92
12.2.3. Efeitos processuais (do depósito do protocolo de negociação bem como da celebração do acordo)	94
12.2.4. Efeitos substantivos	98

12.2.5. Suspensão do prazo para a apresentação à insolvência	102
12.3. Negociações	103
12.4. Participantes especiais nas negociações	104
12.4.1. O Mediador de Recuperação de Empresas	106
12.4.1.1. A relação (não exclusiva e eventual) entre o Mediador de Recuperação de Empresas e o Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas	106
12.4.1.2. Âmbito da actividade e funções	107
12.4.1.3. Nomeação	112
12.4.1.4. Remuneração	114
12.4.1.5. Responsabilidade civil e seguro de responsabilidade civil	115
12.4.1.6. Responsabilidade tributária	118
12.4.1.7. Cessação de funções	119
12.4.2. O credor líder	120
12.4.3. O comité de credores	121
12.5. Encerramento das negociações	121
12.6. Recurso sucessivo ao regime	122
13. Regime especial do acordo de reestruturação	122
13.1. Requisitos do acordo de reestruturação	124
13.2. Depósito do acordo de reestruturação e seus efeitos	127
13.2.1. Efeitos processuais	129
13.2.2. Efeitos fiscais	132
13.2.2.1. A extensão (condicional) dos benefícios fiscais aplicáveis no quadro do processo de insolvência e do Processo Especial de Revitalização	133
13.2.2.2. A presunção de reconhecido interesse económico do acordo de reestruturação	139
13.2.2.3. A admissibilidade de créditos incobráveis ou de natureza duvidosa	140
13.2.3. Efeitos substantivos	143
13.2.4. Responsabilidade tributária dos administradores da empresa	146
13.3. Possibilidade de extensão dos efeitos do acordo de reestruturação. Articulação do Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas com o Processo Especial de Revitalização	155
13.4. Incumprimento do acordo de reestruturação	156

14. O Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas e a disciplina reservada a categorias especiais de credores	160
14.1. Os efeitos do Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas sobre os processos e os créditos tributários	160
14.2. Os efeitos do Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas sobre os processos e os créditos laborais	171
15. O Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas em confronto com o tipo de instrumentos preconizado na Proposta de Directiva	177
16. Avaliação final do Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas (perspectiva comparativa)	180
16.1. O Regime Extrajudicial de Empresas representa um avanço relativamente ao (revogado) Sistema de Recuperação de Empresas por Via Extrajudicial?	181
16.2. O Regime Extrajudicial de Empresas representa uma alternativa ao Processo Especial de Revitalização?	185
 BIBLIOGRAFIA CITADA	 189